

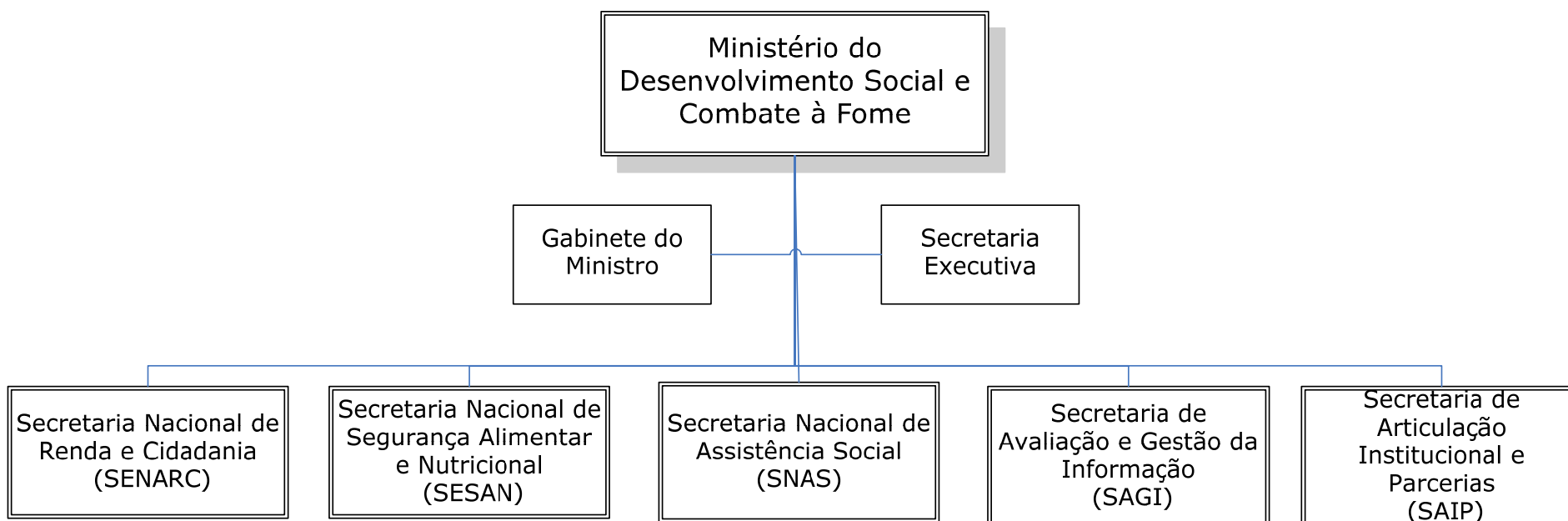
Taller de Análisis y Reflexión de PTC

Mexico – janeiro de 2008

Evaluación de las evaluaciones – Experiencia del MDS- Brasil

Presentación: Laura da Veiga

Organograma - MDS



Programas - MDS

Secretaria Nacional
de Renda e
Cidadania
(SENARC)

- Bolsa Família
- Cadastro Único

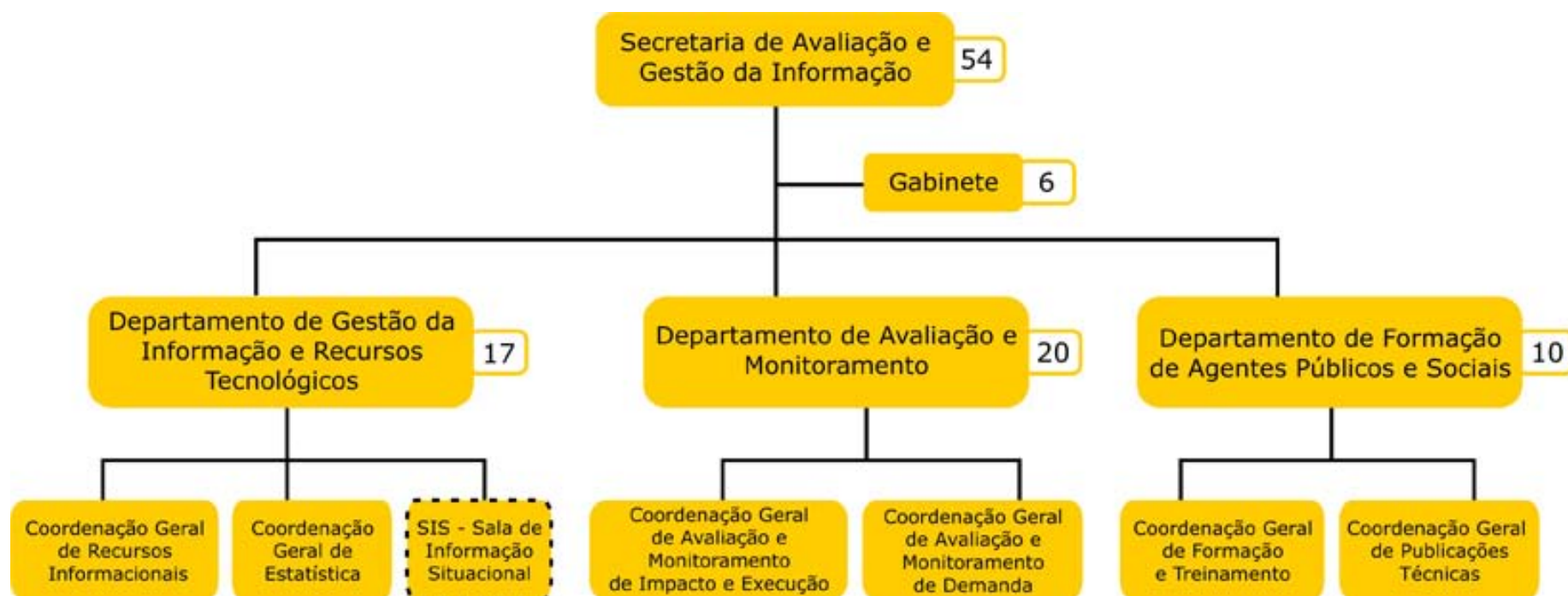
Secretaria Nacional de
Segurança Alimentar e
Nutricional
(SESAN)

- Programa de Aquisição de Alimentos – PAA
- Cisternas
- CONSADs
- Restaurantes Populares
- Bancos de Alimentos
- Cozinhas Comunitárias
- Distribuição de Cestas de Alimentos
- Agricultura Urbana
- Educação Alimentar e Nutricional
- Cartilhas
- Apoio a Comunidades Quilombolas
- Carteira Indígena

Secretaria Nacional
de Assistência Social
(SNAS)

- BPC/LOAS/RMV : Idosos e PCD
- Programa de Atenção Integral à Família – PAIF
- Centro de Referência de Assistência Social – CRAS
- Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS
- Serviços Continuados para o atendimento à criança, à família, à pessoa idosa
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI
- Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano
- Programa Sentinela

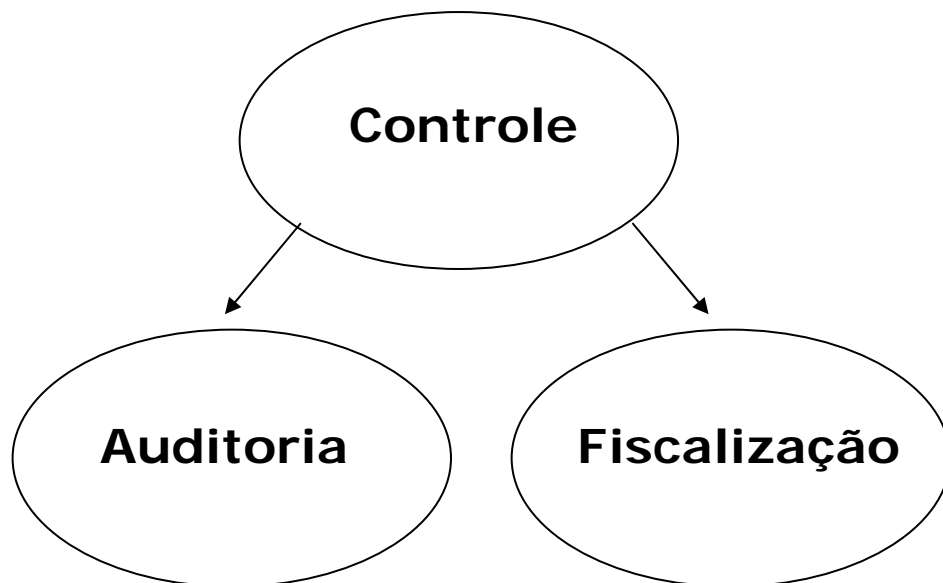
Organograma - SAGI



Competências da SAGI

- Avaliação
- Monitoramento
- Gestão da informação
- Disseminação
- Capacitação

Procedimentos para accountability e verificação de efetividade



Foco: legalidade dos atos
da administração pública



Foco: qualidade da gestão

Princípios da Avaliação e Monitoramento

- Ética
- Responsabilização pública e transparência
- Credibilidade
- Imparcialidade
- Cooperação entre entes públicos
- Parceria com organizações de pesquisa e academia

■ Monitoramento:

- acompanhamento contínuo por parte de gestores e gerentes do desenvolvimento de políticas e programas em relação a seus objetivos e metas
- função inerente à gestão e à gerência
- pode envolver tanto aspectos da estrutura (execução físico-financeira, equipamentos etc) quanto implementação e seus resultados (metas atingidas, atividades etc)

■ Avaliação:

- estudos realizados em etapas pré-determinadas focalizando diferentes aspectos de programas e políticas (relevância, eficiência, efetividade, resultados, impactos)
- objetivos: melhorar a qualidade dos processos de implementação ou verificar resultados.

Avaliação

Processo não contínuo

- Foco nos resultados
- Afere efeitos e impactos
- Relevância, eficiência, efetividade
- Orienta programas e políticas

Produção de informações e dados qualificados e sistemáticos para etapas pré-determinadas

- **Processos:** o que favorece ou dificulta a implementação (desenho, dimensões institucionais ou organizacionais)
- **Resultados :**
 - Desempenho: produtos em relação às metas
 - Impacto: mudanças na situação dos beneficiários
 - Efeitos: outros resultados

Escolha de desenhos e métodos depende de: perguntas, recursos, fontes de dados disponíveis, tempo para obter as respostas

Avaliação

Avaliação de Impacto:

- grandes amostras
- métodos quantitativos de coleta
- Modelos estatísticos e econométricos de análise

Alta legitimidade na comunidade internacional de avaliação

Estudos abrangentes com grandes amostras populacionais

Pesquisas mais caras e mais demoradas, às vezes incompatíveis com o timing da tomada de decisão

Avaliações de processos ou de desempenho:

- Desenhos e métodos adaptam-se ao contexto, ao problema e à abrangência da pesquisa
- Combinação de métodos quantitativos e qualitativos (surveys, entrevistas semi-estruturadas ou abertas, observação etc)
- Dependendo do escopo podem ser mais rápidas produzindo resultados úteis para gestores e gerentes

Aplicação:

- Gera conhecimento novo
- Orienta a tomada de decisões estratégicas
- Apóia o planejamento e aplicação de recursos

Monitoramento

Processo contínuo

- Foco na implementação e no cumprimento de objetivos e metas
- Ferramentas de gestão
- Utilização de indicadores (medidas numéricas, produzidas regularmente, sobre estrutura, processos e resultados)

Dois processos distintos ainda que interligados:

- Acompanhamento dos programas, atividade interna da organização, procedimento a distância
- Atividades presenciais, verificações locais, pesquisas rápidas e qualitativas para checar a implementação e identificar problema

Etapas de monitoramento:

- Coleta regular de dados
- Processamento e transmissão dos dados
- Produção de indicadores com base nos dados
- Acompanhamento e análise dos indicadores

Como começamos em 2004

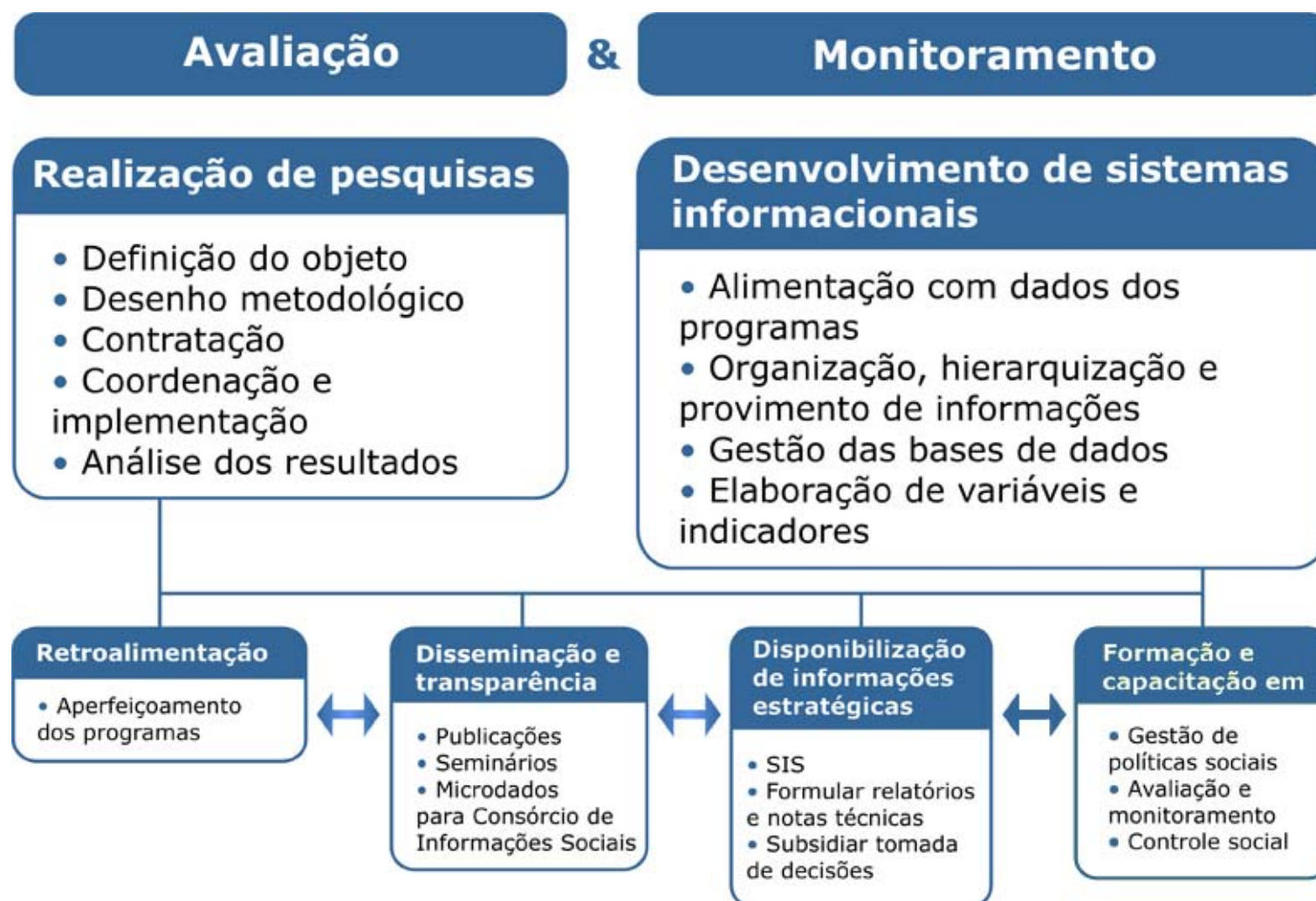
- **Contexto organizacional:**
 - MDS recém criado fruto da fusão do Ministério de Assistência Social, do Ministério Ext. de Segurança Alimentar e da Secretaria Especial de Renda de Cidadania
 - Recursos humanos e infraestrutura física insuficientes
 - Normatização e regulação inexistente ou falha
 - Inexistência de ferramentas de gestão
 - Limitações orçamentárias.

- **Responsabilidades do MDS:**
 - implementar a proteção social para famílias mais pobres e vulneráveis da população brasileira a partir da transferência de benefícios (renda, alimentos), serviços de proteção social e de segurança alimentar, apoio a construção de equipamentos públicos (Centros de Referência da AS, restaurantes e cozinhas etc) e familiares (cisternas, por exemplo), parcerias para apoiar geração de oportunidades e de renda.

- **Contexto para avaliação e monitoramento**
 - baixa difusão da cultura de avaliação
 - baixa disponibilidade de bases de dados confiáveis
 - unidade responsável por M&A recém criada, equipe em formação

- **O que foi feito entre 2004 e 2007?**
 - Construção do sistema de M&A do MDS (Fluxos, ferramentas, rotinas, bases de dados)
 - Ampliação do orçamento a partir de empréstimos e doações (BIRD, BID, FAO e empresas estatais)
 - Contratação de pesquisas e estudos
 - Disseminação de resultados via eventos e publicações

Sistema de Avaliação e Monitoramento



Ciclo de Avaliação



Legendas:

- SF** – Secretaria Finalística
IE – Instituição Executora
CIS – Consórcio de Informações Sociais
ANPOCS – Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais
TOR – Termo de Referência

Programa Bolsa Família

Avaliação de Processo

PESQUISA/ PROJETOS	EXECUÇÃO	PRINCIPAIS RESULTADOS
Avaliação de Implementação do Programa Bolsa Família	Fundep/ Cedeplar	<ul style="list-style-type: none"> • Em execução – Contrato aditado para ABR/2008.
Avaliação do controle e fiscalização do Programa Bolsa Família	Cristina Filgueiras	<ul style="list-style-type: none"> • Para avançar no controle do PBF, bem como na transparência e na prestação de contas à sociedade, é relevante continuar apostando em dois âmbitos essenciais: • Aperfeiçoamento da gestão pública, com adoção de instrumentos adequados de coordenação, equipes de trabalho capacitadas e em número suficiente para o desempenho das tarefas, exercício efetivo de monitoramento e avaliação e incorporação dos seus resultados para o aprimoramento institucional e aumento da efetividade dos programas governamentais; • Aperfeiçoamento das entidades de fiscalização superior do Estado e atuação efetiva dos conselhos sociais nos municípios.

Avaliação de Impacto

PESQUISA/ PROJETOS	EXECUÇÃO	PRINCIPAIS RESULTADOS
<p>Pesquisa domiciliar longitudinal: Impacto do Programa Bolsa Família no gasto e consumo das famílias (1ª fase)</p>	<p>Fundep/ Cedeplar</p>	<ul style="list-style-type: none"> •Focalização: 70% do gasto total do Programa Bolsa Família concentra-se nos 20% de famílias mais pobres; •Gastos: Entre as famílias em situação de extrema pobreza, as beneficiárias apresentam um dispêndio total superior, sendo a maior proporção deste é destinada para o consumo de alimentos (R\$388,22 /ano); •Mercado de Trabalho: em relação às não beneficiárias, as famílias extremamente pobres do PBF têm maior participação no mercado de trabalho (3,1%); •Evasão escolar: entre os extremamente pobres, a evasão escolar é mais baixa entre as crianças do PBF (2,1%); •Mulher: nas famílias beneficiárias do Bolsa Família, as mulheres têm maior poder de decisão com relação a gastos, educação dos filhos e trabalho.
<p>Avaliação do Impacto do Programa Bolsa Alimentação/Bolsa Família (3ª</p>	<p>FADE/UFPE</p>	<ul style="list-style-type: none"> •Considerando-se as três fases de realização da pesquisa: 1ª fase (2002), 2ª fase (2003) e 3ª fase (2005) observa-se que o déficit P/I apresentou uma redução progressiva passando de 9,9% em 2002 para 5,4% em 2005. Já em relação ao déficit de crescimento linear (A/I) observa-se certa estabilidade passando de 14,3% para 13%. •No que diz respeito à análise do consumo de macronutrientes e algumas vitaminas e minerais, observou-se que para carboidratos, lipídeos, vitamina C e ferro, as crianças beneficiárias apresentaram um consumo ligeiramente acima do consumo dos não beneficiários (excluídos).

Avaliação de Resultados

PESQUISA/ PROJETOS	EXECUÇÃO	PRINCIPAIS RESULTADOS
Estudo sobre a Importância das Transferências do Programa Bolsa Família na Renda Municipal 2004	Rosa Maria Marques (CNPq)	<ul style="list-style-type: none"> •De maneira geral, para o conjunto das regiões, quanto menos desenvolvido for o município – o que transparece na baixa transferência do ICMS - maior será a importância relativa do Programa Bolsa Família.
Estudo sobre a Importância das Transferências do Programa Bolsa Família na Renda Municipal 2006	Rosa Maria Marques (CNPq)	<ul style="list-style-type: none"> •Os repasses do Bolsa Família aos municípios equivalem, no período de janeiro a outubro de 2006, a 15% das transferências constitucionais federais efetuadas aos municípios. Na Região Nordeste, esse percentual é ainda maior (23,5%), na Região Norte é próximo a média nacional (16%), na Região Centro-Oeste (10,5%), na Região Sudeste (10,4%) e na Região Sul (8,4%); •Considerando o critério do IDH-M, no Brasil como um todo, observa-se que os repasses do Bolsa Família são mais relevantes nos municípios com IDH-M inferior à média nacional. Nesses, a relação entre os repasses do Bolsa Família/Transferências Constitucionais é de 19,1%, enquanto que nos municípios com IDH-M superior a média nacional esta relação é de 10,4%.

Avaliação de Resultados - continuação

PESQUISA/ PROJETOS	EXECUÇÃO	PRINCIPAIS RESULTADOS
<p>O Programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero</p>	<p>Agende/ DFID</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os principais impactos do programa na condição social das mulheres se refletem: • na visibilidade das beneficiárias como consumidoras, já que o benefício lhes confere maior poder de compra; • na afirmação da autoridade dessas mulheres no espaço doméstico, decorrente muito mais da capacidade de compra suscitada pelo benefício do que, necessariamente, de uma mudança nas relações de gênero tradicionais; • mudança na percepção das beneficiárias sobre si próprias como cidadãs, o que se tornou possível, especialmente, após o momento em que foram obrigadas a lavrarem documentos, tais como a certidão de nascimento e a carteira de identidade, para o cadastro no programa.
<p>Pesquisa de percepção dos beneficiários do Programa Bolsa Família sobre condições de Segurança Alimentar e Nutricional</p>	<p>DataUFF/ UFBA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A maioria dos entrevistados indica que a alimentação da família melhorou muito (18,7%) ou melhorou (66,9%) após a entrada no programa; • Quanto à quantidade de alimentos consumidos, 59,2% dos entrevistados relatou que houve aumento após o ingresso no programa; • Para 73,3% dos entrevistados, após o ingresso no programa, aumentou a variedade de alimentos consumidos; • Entre as famílias investigadas o dinheiro recebido do programa foi gasto em primeiro lugar, com alimentação (76,4%); em segundo e terceiro lugar estão, respectivamente, os materiais escolares (11,1%) e as roupas e calçados (5,4%).

Pesquisa de Opinião

PESQUISA/ PROJETOS	EXECUÇÃO	PRINCIPAIS RESULTADOS
Pesquisa domiciliar com os beneficiários do Programa Bolsa Família	Instituto Polis Pesquisa	<ul style="list-style-type: none">•O Programa Bolsa Família é muito bem avaliado pelos beneficiários;•As famílias dos beneficiários do programa têm renda média de R\$ 367,04 caso não recebessem o benefício está média seria de R\$ 302,47;•A alimentação é o principal item no qual é gasto o dinheiro do benefício, seguido dos seguintes outros itens: material escolar, roupas/calçados e remédios.

Construção e Consolidação de Bases de Dados de âmbito nacional

- Cadastro Único (ferramenta gerencial e base de informações sobre as famílias)
- Suplementos das PNADs
 - Trabalho infantil - 2001 e 2006
 - Segurança Alimentar – 2004
 - Módulos sobre Programas sociais – 2004 e 2006
- Rede de serviços de Assistência Social na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) 2005
- Entidades de Assistência Social Privadas Sem Fins Lucrativos (PEAS) 2005

Monitoramento

1. Organização de bases de dados
2. Desenvolvimento de Indicadores (Catálogo)
3. Desenvolvimento de ferramentas informacionais
 - **Matriz de Informação Social – MI Social**
 - **Dicionário de Informação Social – DICVip**
 - **Atlas Social**
 - **Ficha de Monitoramento dos CRAS**
4. Monitoramento por meio de pesquisas domiciliares quantitativas

Matriz de Informação Social

MI SOCIAL é uma ferramenta computacional que armazena dados, informações e indicadores dos programas sociais. Os dados podem ser apresentados em tabelas, planilhas do excel, gráficos e mapas.

Fale conosco

FOME ZERO

MATRIZ DE INFORMAÇÃO SOCIAL v.2006 1.2

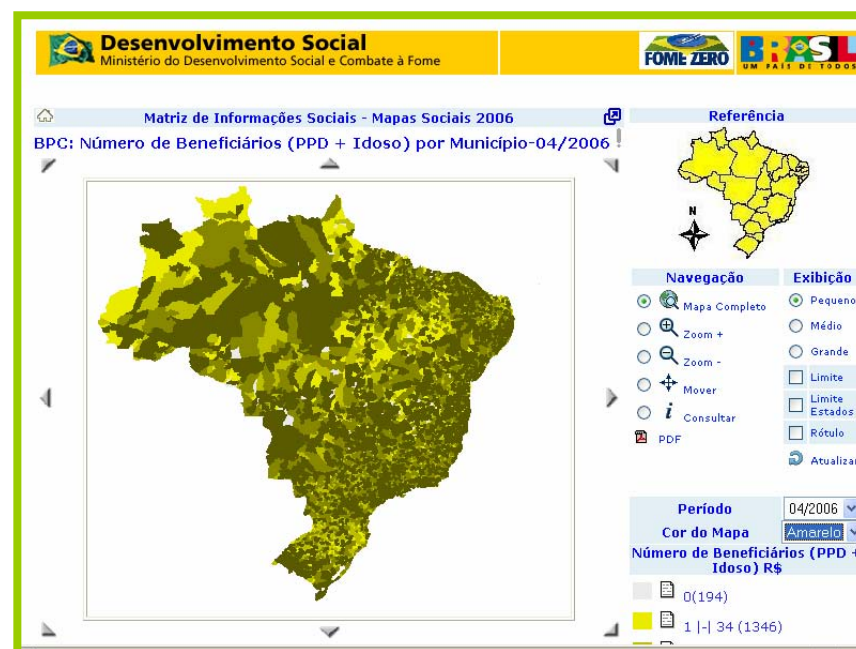
Nova Consulta Página Principal Portal Sagi

Definição da Informação Variáveis e Indicadores Unidades Geográficas Resultado

Fonte dos Dados

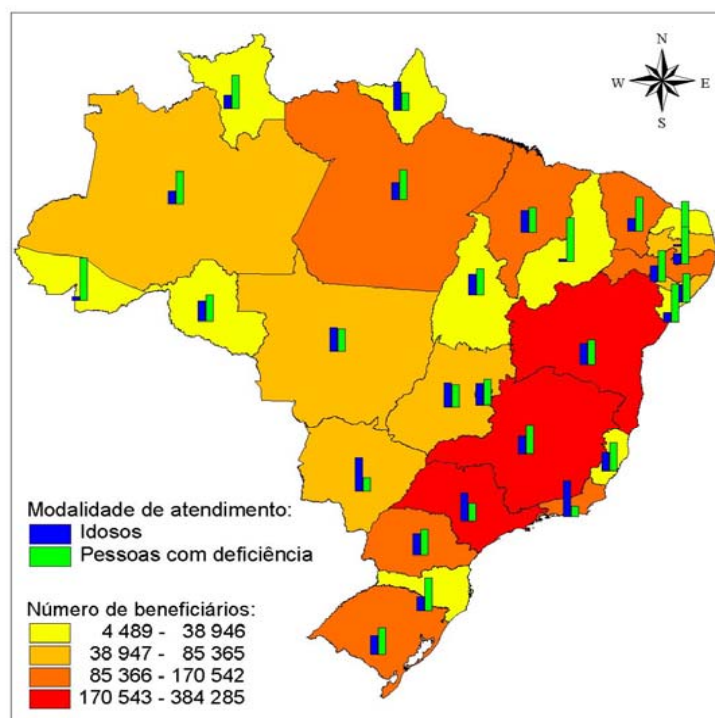
N. UF	Município	Código IBGE	Transferência de Renda		Assistência Social				Indicadores	
			Bolsa Família		PAC I		PETI BOLSA RURAL		BPC -	Repasse
			Qtde. Famílias	Valor Total	Beneficiários	(R\$)	Beneficiários	(R\$)	Beneficiários Idosos (%)	Bolsa Família / FPM (%)
1 AC	--	12	40.434	2.657.616,00	300	3.177,76	7.049	150.750,00	26,80	19,30
2 AL	--	27	268.634	17.377.289,00	1.202	29.730,89	24.803	558.625,00	43,48	29,59
3 AM	--	13	161.386	11.161.012,00	528	18.326,03	2.846	63.150,00	38,67	32,16
4 AP	--	16	15.668	1.045.397,00	76	2.660,00	1.844	41.050,00	56,23	11,01
5 BA	--	29	1.133.554	74.001.492,00	5.320	179.445,90	82.873	1.735.425,00	47,74	33,56
6 CE	--	23	755.412	48.975.084,00	2.156	67.850,25	14.668	342.900,00	37,20	37,93
7 DF	--	53	52.238	2.903.608,00	240	12.425,90	ND	ND	47,59	ND
8 ES	--	32	161.976	9.273.776,00	1.300	31.055,32	6.589	152.225,00	44,43	21,06
9 GO	--	52	196.263	10.384.705,00	1.713	52.002,67	11.409	241.050,00	51,49	11,61
10 MA	--	21	565.983	39.253.061,00	915	34.118,04	55.940	1.199.650,00	48,22	38,56
11 MG	--	31	978.436	56.839.407,00	8.522	282.048,86	16.793	369.100,00	43,41	17,51
12 MS	--	50	88.058	4.858.456,00	1.834	52.364,77	13.401	260.250,00	62,17	13,29
13 MT	--	51	118.136	6.954.415,00	1.021	39.758,07	4.083	62.450,00	50,73	14,33
14 PA	--	15	375.191	25.810.827,00	670	7.978,20	13.532	291.550,00	42,82	28,80
15 PB	--	25	344.145	22.341.573,00	521	23.138,80	41.459	1.010.825,00	34,06	28,20
16 PE	--	26	693.546	44.082.359,00	1.512	57.917,09	124.109	2.734.900,00	41,01	36,64
17 PI	--	22	296.753	19.803.476,00	124	5.093,15	17.523	425.875,00	26,12	30,97
18 PR	--	41	428.534	22.866.920,00	5.236	150.604,60	23.100	367.300,00	47,74	13,61
19 RJ	--	33	345.307	20.305.893,00	4.039	128.399,29	10.073	224.625,00	69,02	28,00
20 RN	--	24	247.898	15.399.734,00	2.250	45.262,28	26.584	620.125,00	24,76	25,12
21 RO	--	11	75.635	4.626.854,00	745	18.421,70	5.479	130.100,00	46,14	20,87
22 RR	--	14	20.081	1.383.823,00	15	704,41	3.397	83.825,00	37,99	11,51
23 RS	--	43	388.402	22.264.498,00	5.736	167.124,88	1.582	36.900,00	45,26	13,50
24 SC	--	42	136.334	7.561.002,00	27.206	45.724,98	26.163	496.550,00	38,75	7,89
25 SE	--	28	158.727	10.255.244,00	782	30.479,10	22.961	293.500,00	33,30	29,32
26 SP	--	35	870.089	48.859.407,00	15.865	539.403,40	3.483	68.800,00	56,70	14,75
27 TO	--	17	81.201	4.931.316,00	133	6.652,40	3.288	78.400,00	47,30	13,04
Total			8.998.021	555.778.844,00	89.961	2.031.868,78	565.031	12.039.500,00	NA	NA

Fonte dos Dados



Atlas Social

Número de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada segundo estado. Brasil - março/2006.



Fonte: Malha municipal digital, IBGE, 2005
Dados: MI Social - SAGI/MDS
Conversão para SIG: SAGI/MDS

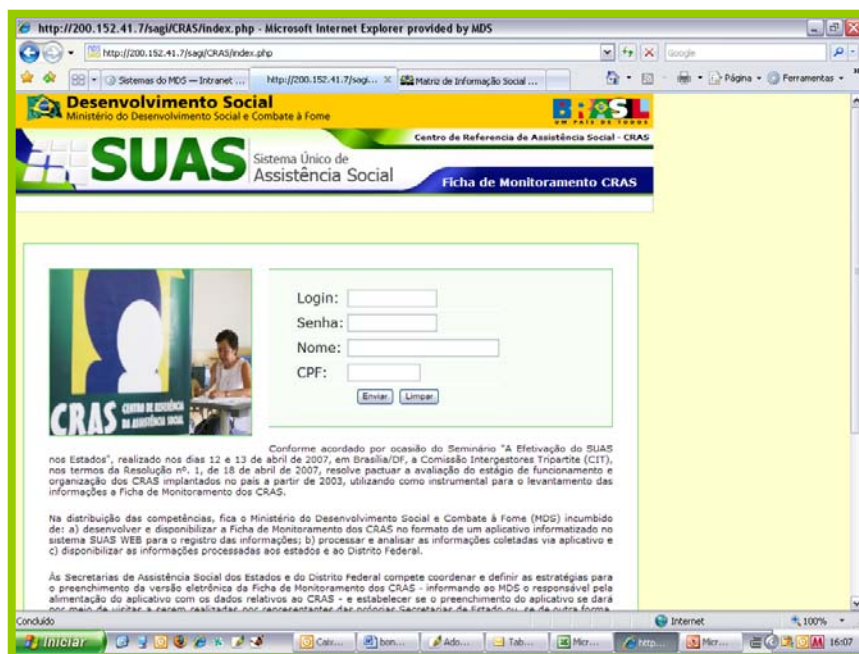
Número de beneficiários de Benefício de Prestação Continuada Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2006 (1)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Total	Beneficiários	
		Idosos	PCD
Brasil	2.332.837	1.096.940	1.235.897
Norte	230.380	97.538	132.842
Roraima	22406	10388	12018
Acre	11331	3018	8313
Amazônia	52039	20041	31998
Paraná	4489	1710	2779
Pará	105093	44814	60279
Amapá	11303	6371	4932
Tocantins	23719	11196	12523
Nordeste	840.600	347.185	493.415
Maranhão	111464	53588	57876
Pernambuco	30964	8025	22939
Ceará	120047	44450	75597
Rio Grande do Norte	38946	9593	29353
Paraíba	57185	19400	37785
Pernambuco	170542	69649	100893
Alagoas	50049	21750	28299
Sergipe	26960	8964	18026
Bahia	234423	111776	122647
Sudeste	804.387	428.346	376.041
Minas Gerais	253341	109605	143736
Espírito Santo	34955	15465	19490
Rio de Janeiro	132406	85931	46475
São Paulo	384285	217345	166940
Sul	240.186	103.303	136.883
Paraná	113133	53902	59231
Santa Catarina	31038	12018	19020
Rio Grande do Sul	96015	43383	52632
Centro-Oeste	216.684	114.568	102.116
Mato Grosso do Sul	45434	28201	17233
Mato Grosso	57764	29243	28521
Goiás	85365	43808	41557
Distrito Federal	28121	13316	14805

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
(1) Dados referentes ao mês de Março de 2006.

Ficha de Monitoramento CRAS

Questionário eletrônico para caracterização do status de funcionamento dos Centros de Referência da Assistência Social, com módulo dinâmico de gerenciamento das informações registradas.
4.508 CRAS cadastrados pelos gestores



http://200.152.41.7/sagi/CRAS/index.php - Microsoft Internet Explorer provided by MDS

Desenvolvimento Social
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

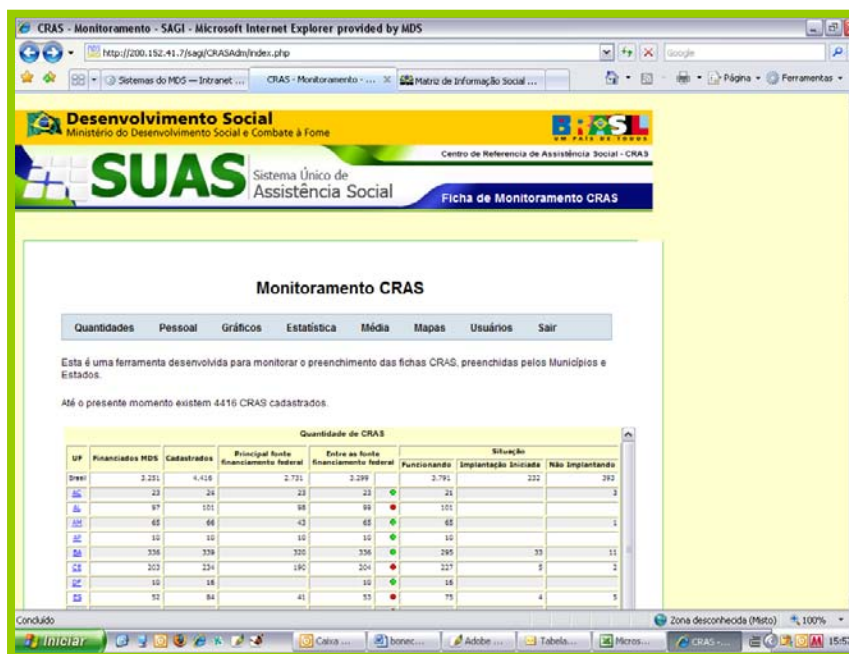
SUAS Sistema Único de Assistência Social
Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
Ficha de Monitoramento CRAS

Login:
 Senha:
 Nome:
 CPF:

Conforme acordado por ocasião do Seminário "A Efetivação do SUAS nos Estados", realizado nos dias 12 e 13 de abril de 2007, em Brasília/DF, a Comissão Intergestores Tripartite (CIT), nos termos da Resolução nº. 1, de 18 de abril de 2007, resolve pactuar a avaliação do estágio de funcionamento e organização dos CRAS implantados no país a partir de 2003, utilizando como instrumental para o levantamento das informações a Ficha de Monitoramento dos CRAS.

Na distribuição das competências, fica o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) incumbido de: a) desenvolver e disponibilizar a Ficha de Monitoramento dos CRAS no formato de um aplicativo informatizado no sistema SUAS WEB para o registro das informações; b) processar e analisar as informações coletadas via aplicativo e c) disponibilizar as informações processadas aos estados e ao Distrito Federal.

As Secretarias de Assistência Social dos Estados e do Distrito Federal compete coordenar e definir as estratégias para o preenchimento da versão eletrônica da Ficha de Monitoramento dos CRAS - informando ao MDS o responsável pela alimentação do aplicativo com os dados relativos ao CRAS - e estabelecer se o preenchimento do aplicativo se dará por meio de visitas a serem realizadas por representantes das próprias Secretarias de Estado ou de outra forma.



CRAS - Monitoramento - SAGI - Microsoft Internet Explorer provided by MDS

Desenvolvimento Social
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

SUAS Sistema Único de Assistência Social
Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
Ficha de Monitoramento CRAS

Monitoramento CRAS

Quantidades Pessoal Gráficos Estatística Média Mapas Usuários Sair

Esta é uma ferramenta desenvolvida para monitorar o preenchimento das fichas CRAS, preenchidas pelos Municípios e Estados.

Até o presente momento existem 4416 CRAS cadastrados.

Quantidade de CRAS

UF	Financiados MDS	Cadastrados	Principal fonte de financiamento federal		Entrar as fontes de financiamento federal		Situação		
			Funcionando	Implantado Inicialmente	Não Implantado				
DF	3.221	4.416	2.721	2.299	2.792	222	202		
AC	23	34	23	23	23			3	
AL	97	101	98	98	101				
AM	65	66	43	65	65			1	
AP	10	10	10	10	10				
BA	336	338	320	336	295	33	11		
CE	203	234	190	204	227	8	2		
DF	10	18	10	10	18				
ES	52	84	41	53	75	4	5		

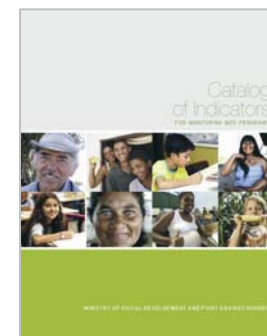
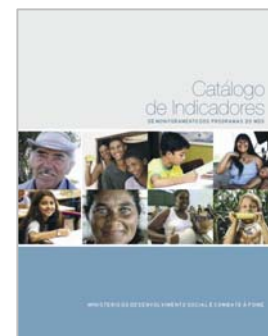
Disseminação dos resultados

Publicações Técnicas: livros, catálogos, folders, manuais, posters etc.

Distribuição para universidades, gestores, organismos internacionais, órgãos de controle social; em seminários, congressos acadêmicos, encontros governamentais, cursos etc.

**Avaliação de Políticas e Programas do MDS e Resultados – Vol. 1 e 2
Português e Inglês**

**Catálogo de Indicadores de Monitoramento dos Programas do MDS
Português e Inglês**



Desafios para a Avaliação de Programas de Proteção Social

- **Pobreza e vulnerabilidade são fenômenos multidimensionais e multideterminados. Na configuração de rotas (no plural) de exclusão ou de quadros de carências ou de fragilidades vários fatores podem estar presentes, mas não necessariamente configurando um único tipo de combinação.**
- **Ademais, o conhecimento disponível acumulado não permite identificar com segurança as cadeias de causalidade.**
- **O caráter multideterminado do fenômeno e a incerteza sobre os tipos de combinações operando em casos específicos, requerem intervenções convergentes de vários setores (benefícios e serviços).**
- **Serviços setoriais têm lógicas, rotinas e prioridades estabelecidas. Organizar as convergências requer coordenação interorganizacional, negociação de prioridades e agendas e pactuação de compromissos (Repetto, 2007).**

- Serviços sociais nem sempre são rotinizáveis, principalmente quando os resultados das ações envolvem mudanças de atitudes, comportamentos e crenças dos destinatários. (Martinez Nogueira, 2002)
- Flexibilização e sensibilidade do atendimento na ponta.
- Disposição e abertura para escutar e incorporar as perspectivas dos destinatários.

As conseqüências sobre o desenho das avaliações

- **Diversidade de métodos e abordagens para apreender os resultados. Abordagens padronizadas e estruturadas serão úteis para capturar dimensões que se concretizam em materialidades. Outros resultados – dimensões simbólicas -só se fazem sentir de forma indireta, e requerem abordagens qualitativas e profundas.**
- **Manifestações imediatas versus as de longo prazo. Há resultados que se manifestam quase imediatamente, outros dependem de um tempo maior de maturação.**
- **Avaliações mais detalhadas e que perseguem mudanças ao longo do tempo podem ter custos proibitivos ou podem requerer um tempo de maturação muito longo que ultrapasse, inclusive, um ciclo de uma administração.**

A incorporação das perspectivas dos atores relevantes

--destinatários, profissionais e técnicos, membros da sociedade, parceiros, agentes e organizações públicas e privadas —→ estudos capazes de apreender e contextualizar quem fala, de onde fala e o que motiva sua fala.

Portanto, a comunidade internacional de avaliação e as agências de financiamento deverão compreender que, muitas vezes, ter-se-á de combinar a elegância dos modelos estatísticos com a diversidade discursiva de seres humanos concretos. Não como uma concessão, mas como o enriquecimento necessário para dar conta da multidimensionalidade do fenômeno.